

Campanha Global pela Educação

Documento informativo sobre as áreas prioritárias de enfoque estabelecidas pelo Plano Estratégico 2023-2027

Igualdade e Inclusão

1. Contexto

Uma em cada cinco crianças, adolescentes e jovens no mundo continua totalmente excluída da educação e cerca de 773 milhões de adultos ainda são analfabetos¹. Localização, idade, gênero, deficiência, etnia, religião, migração ou status de deslocamento estão entre os factores que continuam a ditar e limitar as oportunidades². Quase 40% das crianças não têm acesso à educação num idioma que compreendam, e as crianças portadoras de deficiência continuam a ser desproporcionalmente excluídas da escola. Três quartos de todas as crianças em idade primária (9 milhões) que talvez nunca tenham ido à escola são raparigas. Além disto, desde 2000, um aumento na migração e deslocamento levou a um aumento de 26% de crianças migrantes e refugiadas no mundo, que tornou a sua inclusão nos sistemas educacionais nacionais um imperativo³.

A pobreza continua a ser o principal obstáculo ao direito à educação: as crianças mais pobres têm quatro vezes mais chances de não frequentar a escola e cinco vezes mais chances de não concluir a educação primária⁴, em comparação com as crianças mais ricas. No entanto, a exclusão tem manifestações múltiplas, muitas vezes escondidas ou deliberadamente omitidas por razões sociais, culturais ou ideológicas.

A educação inclusiva é baseada no princípio de que todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independentemente das diferenças. A educação inclusiva reconhece que cada pessoa tem características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas e que os alunos portadores de deficiência, que inclui os adultos, devem ter acesso e devem ser integrados no sistema educacional geral.

A educação inclusiva, ao considerar a diversidade entre os alunos, procura: combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, alcançar a educação para todos,

¹ <https://uis.unesco.org/en/topic/literacy>

² See: Global Campaign for Education. Nothing about us, without us: nine lessons learned from ten inclusive education initiatives designed and implement by CGE membership. Learning Brief. August 2020.

³ <https://www.unesco.org/en/inclusion-education/need-know>

⁴ <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002482/248254e.pdf>

bem como melhorar a qualidade e a eficácia da educação dos alunos regulares. Desta forma, os sistemas educacionais não devem mais ver as pessoas portadoras de deficiência como problemas a serem resolvidos; ao invés disto, devem responder positivamente à diversidade dos alunos e abordar as diferenças individuais como oportunidades para enriquecer a aprendizagem para todos.

O conceito de educação inclusiva envolve dois processos intimamente relacionados: por um lado, questiona a educação patriarcal, utilitária e segregacionista e, por outro, refere-se a um mecanismo específico que busca oferecer uma educação adequada e relevante para pessoas portadoras de deficiência e outros grupos sujeitos à discriminação, razão pela qual tem a aspiração de tornar-se um modelo sistémico e sistemático⁵.

Há uma escassez global de professores, particularmente aqueles que são suficientemente treinados e motivados para incluir alunos portadores de deficiência e de outros grupos marginalizados em escolas normais.

A escassez de professores também é devida ao preconceito de género e de factores culturais, não apenas à ausência de condições decentes de trabalho. A força de trabalho do ensino precisa ser mais diversificada e são necessários esforços direccionados para garantir que as mulheres, as pessoas de comunidades minoritárias e as pessoas portadoras de deficiência possam ser treinadas como professores, encontrar trabalho e receber apoio nos seus empregos⁶.

A exclusão de género é talvez a que apresenta maior incidência no mundo. De facto, nenhum país alcançou a igualdade de género, e isto mostra que a exclusão e a violência com base no género não estão mecanicamente ligadas à pobreza.

A noção de desigualdade de género inclui disparidades de género relacionadas à distribuição injusta de oportunidades da educação para homens e mulheres, que desrespeita a sua diversidade de género ou orientação sexual. Neste sentido, a noção de desigualdade de género reconhece as múltiplas formas de exclusão e discriminação enfrentadas pelos membros das comunidades LGBTQI+. Vários obstáculos precisam ser removidos para eliminar as raízes das disparidades de género. As raparigas e mulheres que nunca frequentaram a escola ou que a abandonaram precocemente, encontram-se muitas vezes entre as que fazem trabalho doméstico, que cuidam de outras crianças e familiares. Elas geralmente vivem em áreas distantes das escolas. A violência de género no caminho para a escola e também na escola é outro obstáculo para a educação das raparigas e mulheres jovens. Em alguns contextos, a interacção das barreiras sociais, legais e culturais, como o casamento infantil e gravidez precoce, desempenha um papel importante⁷.

⁵ Muñoz, Vernor. Report of the Special Rapporteur on the Right to Education. The right to education of persons with disabilities. A/HRC/4/29 19 February 2007

⁶ International Disability and Development Consortium. Teachers for all: Inclusive Teaching for Children with Disabilities. July 2013, p. 4

⁷ GCE Strategic Plan 2019-2022

2. O Plano Estratégico da CGE (2023-2027)

A CGE entende que as diversas formas de exclusão são baseadas em estruturas patriarcais que estabelecem privilégios para determinados grupos e são sustentadas graças aos sistemas educativos regidos pela ambição de produtividade e, portanto, com tendências à padronização e à homogeneização.

Estas tendências levaram ao aumento da privatização da educação, com efeitos prejudiciais à equidade e à igualdade na educação. As particularidades de igualdade e inclusão são tratadas separadamente no nosso Plano Estratégico: igualdade e transformação de género, inclusão de pessoas portadoras de deficiência e inclusão dos segmentos populacionais e grupos historicamente excluídos e igualdade racial.

A CGE entende que a desigualdade de género faz intersecção com muitos outros factores que podem excluir as pessoas da educação durante a sua vida. Pressionamos a comunidade internacional e os governos para que cumpram os seus compromissos de fornecer a educação pública gratuita, inclusiva e de qualidade, sem discriminação com base em género, orientação sexual, expressão de género, identidade ou características ou outros motivos, e inclui, entre outros, raça, deficiência, origem étnica, idade, idioma, localização, religião ou crença, migrante, refugiado ou qualquer outra condição minoritária.

Apoiamos:

- Todas as mulheres e raparigas que estão fora da escola por causa de políticas injustas e normas, crenças e práticas prejudiciais ao género que afectam as suas escolhas e oportunidades educacionais e as suas escolhas de carreira;
- Todas as pessoas de orientação sexual, identidade e expressão de género não normativas ou características sexuais que são excluídas ou forçadas à invisibilidade; e que são lesadas por políticas, conteúdos e sistemas educacionais restritivos e pelas pessoas dentro deles;
- Todos que resistem a todas as formas de discriminação – seja por sexismo e heterossexismo, homofobia, racismo, preconceito, classismo ou qualquer outra forma de opressão social e económica.

3. Desafios críticos

O quadro social de valores e comportamentos patriarcais contidos nos conceitos e modelos das antigas sociedades industriais teve um impacto dramático na educação, que valida e reproduz estereótipos, preconceitos e desigualdades geração após geração, por vezes até contra a vontade dos decisores, e subordina uma miríade de identidades históricas e culturais a um único projecto educacional, portanto susceptível à discriminação institucionalizada.

O quadro social de assimetrias e disparidades que identificamos como patriarcalismo precede aos sistemas educativos e continua a ter uma influência decisiva nos factores que produzem a exclusão social na educação e na aprendizagem. Este quadro social é um obstáculo às relações igualitárias entre homens e mulheres e ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, nos termos do direito internacional dos direitos humanos⁸.

Além da desigualdade de género, o patriarcalismo impede a mobilidade social e estratifica as hierarquias sociais, que tem um impacto negativo na concretização dos direitos humanos, no desenvolvimento, na paz e na segurança, uma vez que controla os recursos económicos e atribui os valores sociais e culturais que são essencialmente injustos. O patriarcalismo não é uma estrutura de opressão autónoma, concentrada nas relações de subordinação das mulheres aos homens, mas sim um conjunto indiferenciado de opressões, de sexo, raça, género, etnia e condição social⁹.

A educação baseada em Direitos Humanos é a principal forma de combater o patriarcalismo e gerar uma mudança cultural na igualdade. Quando não é devidamente organizada, a educação tem o resultado contrário, que perpetua a injustiça e a discriminação¹⁰.

Uma das formas ideais de transformar a educação para a igualdade é a implementação de uma educação sexual abrangente, que é especialmente importante para garantir o gozo do direito das mulheres em viverem livres de violência e discriminação de género. Para ser abrangente, a educação da sexualidade deve dar atenção especial à diversidade, pois todos têm o direito de lidar com a sua própria sexualidade sem serem discriminados por orientação sexual ou identidade de género¹¹.

Infelizmente, ainda existem várias ressalvas à educação da sexualidade, vindas dos grupos sociais e políticos alimentados por preconceitos históricos e perspectivas limitadas sobre a saúde e os direitos sexuais e reprodutivos.

Os preconceitos não são limitados às questões de género, pois a exclusão e a violência com base na raça e na etnia continuam a prejudicar muitas minorias culturais, particularmente - mas não apenas – as comunidades dos migrantes, dos refugiados e dos deslocados internos e transfronteiriços.

As populações indígenas e minoritárias continuam a lutar por sistemas educacionais que incluam e valorizem as suas culturas e línguas, e enfatizam a importância do ensino da língua materna.

⁸ Muñoz, Vernor. Report of the Special Rapporteur on the Right to Education. E/CN.4/2006/45 8 February 2006, par.12-19

⁹ PDHRE. Transforming the patriarchal order into a human rights system toward economic and social justice for all (www.pdhre.org).

¹⁰ Muñoz, Vernor. Report of the Special Rapporteur on the Right to Education. A/65/162 23 July 2010, par. 8

¹¹ Ibidem, par. 23-32

As lutas dos povos minoritários muitas vezes têm como referência a justiça racial, que entendemos como uma visão e transformação da sociedade para eliminar as hierarquias raciais e promover a libertação colectiva e ter a dignidade, os recursos, o poder e a autodeterminação para prosperar plenamente¹².

No entanto, a marginalização das minorias nunca é produto de um único factor. Muitas vezes, é o produto de forças complexas que afectam os indivíduos em pontos específicos das suas vidas. Embora factores relacionados aos salários e meios de subsistência tenham sido identificados como importantes causas económicas da exclusão, os factores culturais e sociais que levam diferentes grupos a experimentar e valorizar a educação de maneira diferente são importantes questões explicativas¹³.

Por fim, a luta pelo direito à educação inclusiva, travada pelas pessoas portadoras de deficiência e as suas famílias e as organizações, tem registado avanços notáveis, que considera as disposições do Art.24 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas portadoras de Deficiência (CRPD) e Objectivo de Desenvolvimento Sustentável 4.

Muitos países fizeram progressos na adopção e implementação de sistemas inclusivos e na superação de modelos segregadores da educação especial. No entanto, os dados da UNESCO-UIS mostram que este progresso diminuiu nos últimos anos, que deixou cerca de 258 milhões de crianças, adolescentes e jovens ainda fora da escola e mais de 617 milhões de crianças e adolescentes sem níveis mínimos de aproveitamento em leitura e matemática. Também é importante observar que apenas metade das crianças do mundo recebe educação pré-primária, um fracasso que limita o futuro das crianças e aprofunda as desigualdades na aprendizagem posterior. Nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, o baixo acesso ao ensino superior pelos jovens que vivem em contextos socioeconómicos desfavoráveis e/ou vulneráveis por razões diversas, é uma das lacunas mais dramáticas na desigualdade de oportunidades. Isto atrasa o desenvolvimento geral destas nações¹⁴.

As pessoas portadoras de deficiência e as organizações de pessoas portadoras de deficiência (OPDs) possuem conhecimento crítico, experiência e especialização que podem tornar a acção humanitária e a educação em emergências e crises prolongadas mais inclusivas e relevantes para as populações afectadas. Um maior envolvimento de pessoas portadoras de deficiência e OPDs, que permanece inexplorado, ajudaria a abordar valores e atitudes socialmente compartilhadas que diminuem a agência e as capacitações das pessoas portadoras de deficiência. O seu envolvimento também traria a diversidade das pessoas portadores de

¹² <https://www.raceforward.org/about/what-is-racial-equity-key-concepts>

¹³ Sayed, Yusuf. Overcoming exclusion in education. State of the World's Minorities and Indigenous Peoples 2009.

¹⁴ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374246>

deficiência que, ao contrário, são muitas vezes retratadas como homogeneamente “vulneráveis”¹⁵.

4. Próximos passos

A acção da advocacia da inclusão e da igualdade está no centro da CGE. Nosso plano estratégico não começa do zero. Inclui experiências anteriores e há uma herança política e instrumental que nutre o nosso trabalho nos níveis nacional, regional e global.

Graças às nossas parcerias, a CGE tem visões estratégicas que são alimentadas pelo movimento internacional das mulheres e da nossa associação com organizações que trabalham pelos direitos das pessoas portadoras de deficiência, que nos permite direccionar uma advocacia efectiva em múltiplas áreas e níveis.

A CGE continuará a chamar os governos à prestação de contas em relação ao direito à educação inclusiva e ao progresso nos sistemas transformadores de género.

¹⁵ Education Cannot Wait. Policy and accountability Framework on Disability Inclusion. New York, May 2022, p.2.